

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O DESAFIO RIO BRANCO: O MITO POLÍTICO NA ESCRITA BIOGRÁFICA¹

Elizabeth Santos de Carvalho
Doutoranda – PPGH-UERJ
elizascarvalho@yahoo.com.br

Resumo: Diante de rastros e vestígios, o desafio de narrar uma vida, fascina o olhar do pesquisador imerso em um universo de “histórias inacabadas”. A partir de algumas reflexões sobre a escrita biográfica e especificamente da análise de textos biográficos dedicados à José Maria da Silva Paranhos Junior, o barão do Rio Branco (1845-1912), tecemos algumas considerações sobre as narrativas elaboradas, analisando a construção do mito político em torno do personagem. Atentos aos percursos da escrita biográfica e às nuances na elaboração narrativa sobre um mesmo personagem, partimos do artigo do seu contemporâneo Joaquim Nabuco com impressões de época. Seguimos pelas obras de Álvaro Lins (1945) e de Luís Viana Filho (1959), consolidadas como textos de referência, e pelo trabalho recente de Luís Cláudio Villafañe G. Santos (2018). Nessas linhas, traçamos as características e os desafios de escrever uma vida associados às abordagens e às incertezas no horizonte do universo onírico em torno do mito político, questões que atravessam a proposta de um projeto dedicado à obra e à vida de Rio Branco.

Palavras-Chave: Biografia; Barão do Rio Branco; Mito Político.

A ideia de que o desafio de narrar uma vida sempre nos leva a “histórias inacabadas”², é ao mesmo tempo o reconhecimento de um limite e o que impulsiona novos projetos. Frequentemente citado como um dos brasileiros mais biografados, os estudos sobre o barão do Rio Branco (1845-1912) chamam atenção pelo tom laudatório quase unânime. A atuação nos litígios de fronteiras e a gestão do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), articuladas aos mecanismos de divulgação da imprensa e a notável circulação entre a intelectualidade brasileira, garantiram uma posição de destaque em sua época, e a permanência de sua obra, constantemente revisitada sob a aura de um herói nacional.

As celebrações de centenários de vida (1945) e de morte (2012) reiteram a imagem do herói através de eventos organizados por diversas instituições, o que impulsionou novas

¹ A expressão utilizada no título é uma referência ao trabalho *O desafio biográfico* de François Dosse.

² Em referência a Paul Ricoeur “Sob a história, a lembrança e o esquecimento. Sob a lembrança e o esquecimento, a vida. Mas escrever a vida é uma outra história. Uma história inacabada”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 657.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

publicações, além de outras reverências, como a montagem de exposições e edificação de monumentos, elementos agregados à construção biográfica.

Esta vasta produção não conta apenas com admiradores, seus críticos, por vezes, não pouparam esforços ao condenar sua vaidade e carregar nos traços de caricaturas do aristocrata que desfilava pela avenida central e utilizava os cofres públicos para financiar banquetes e despesas especiais no Ministério. Entre seus críticos figuram Oliveira Lima, Tobias Monteiro, e Lima Barreto.

Conjunto amplo e diverso, permite analisar os percursos da escrita biográfica e as nuances na elaboração narrativa sobre um mesmo personagem. Para a presente análise partimos do artigo do seu contemporâneo Joaquim Nabuco, publicado em 1895, e seguimos pelos livros, consolidadas como principais referências, *Rio-Branco (O Barão do Rio Branco)*, de Álvaro Lins, publicado em 1945, e *A vida do barão do Rio Branco*, de Luíz Viana Filho, de 1959. Por fim, o trabalho mais recente de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, *Juca Paranhos: o barão do Rio Branco*, de 2018.

Entre os inúmeros trabalhos dedicados ao barão, as biografias elaboradas por esses três autores, em diferentes épocas e contextos da escrita biográfica, se destacam como projetos mais ambiciosos, que pretendem dar conta de toda trajetória de Rio Branco. Em cada uma delas é possível observar de que forma as políticas do barão são expostas, articuladas a proeminência de uma figura heroica.

Impressões de época: os primeiros traços

É bem verdade que desde a primeira década do século XX a figura do barão do Rio Branco e sua repercussão, a proeminência na vida pública e o prestígio que desfrutava entre os principais meios da intelectualidade brasileira, incentivavam o aparecimento de artigos que se ocupavam de seu personagem. Foi a partir das defesas de fronteiras que seu nome passou a circular com frequência pela imprensa e ganhou destaque.

Em meio às comemorações e reverências, à ocasião da decisão favorável ao Brasil na disputa de fronteiras com a Argentina em 1895, a primeira vitória nas questões de fronteiras que Rio Branco liderou, Joaquim Nabuco publicou artigo no *Jornal do Commercio*, de 9 de fevereiro daquele ano, apresentando ao grande público quem seria o responsável pelo sucesso da missão. Essa não era a única menção ao barão, a questão

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

repercutia com intensidade em todos os jornais do país desde o anúncio da sentença dias antes. As manifestações, parabenizando o advogado brasileiro pela conquista, se acumulavam traçando os primeiros contornos da imagem do herói nacional.

O texto não se restringe a simples congratulação, o autor esboça um perfil atento à imagem que pretende evidenciar, associa traços de Rio Branco à conquista, para que, assim, seja conhecido. Refere-se ao momento como um marco, quando Rio Branco deixa de ser reconhecido pela associação com o pai, e passa a ser “o defensor das fronteiras”, título que veio a ser um dos mais articulados à imagem do barão. Muitas das características posteriormente mencionadas e por vezes exaltadas nos textos biográficos, estão presentes nessas primeiras linhas de Joaquim Nabuco:

Estão aí os traços característicos do Segundo Rio Branco, genuíno patriotismo, culto amoroso ao pai, organização conservadora, entusiasmo militar, afastamento da política, paixão da glória do país e, para satisfazê-la, vocação de historiador, por último, talvez, inclinação pessoal para a representação nacional no exterior. Todos esses sentimentos são de ordem desinteressada, todos, incluindo mesmo essa admiração filial, são impulsos de um mesmo motor, o amor do país. (NABUCO, 09/02/1889)

A predileção pelos estudos históricos e a personalidade desinteressada pelas questões da política eram articuladas como justificativa para o desconhecimento de um grande público. Da mesma forma, ressaltava que o posto diplomático que o mantinha afastado do país, desde sua nomeação como Cônsul-Geral em Liverpool em 1876, foi também o que garantiu as minuciosas pesquisas em arquivos europeus, e o contato frequente e intenso com bibliotecas e livrarias. Fica evidente o esforço em desenhar a figura erudita ao revelar quem era esse quase desconhecido, saído de certo anonimato para ser definido como “o culto e estudioso defensor das fronteiras do Brasil”, “profundo conhecedor das questões do país” e “defensor dos interesses nacionais”.

O artigo de Joaquim Nabuco é identificado como uma das manifestações precursoras sobre o barão, um exemplar da opinião de seus contemporâneos, mesmo que essa não fosse unânime. A definição de homem culto, filho devoto, de reconhecida modéstia e grande patriotismo está presente nas biografias que se seguiram. Pelo exemplo do artigo de Nabuco vimos a imagem sendo moldada por impressões da época. Constitui exemplar dos primeiros traços da figura do barão consolidada por seus biógrafos posteriormente.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os três Rio Branco, ou “o Barão”

Sobre os percursos da escrita biográfica e o contexto de publicação das obras de Álvaro Lins e Luís Viana Filho, encontramos importantes reflexões no trabalho de Márcia de Almeida Gonçalves, *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio*. Entre as décadas de 1920 e 1950 jornais e revistas contavam com espaços específicos para crítica literária, usualmente no rodapé, mas também em suplementos literários. O gênero biográfico, publicado em abundância nesses anos viveu uma verdadeira “epidemia biográfica”, acabando na mira de prestigiados críticos literários. O aumento da publicação de biografias nesse momento é associado à renovação do gênero e ao debate em torno da noção de “biografia moderna”³.

As críticas dedicadas à análise de biografias, por vezes apresentavam um histórico da escrita biográfica tal como o exemplo de Humberto Campos, apresentado pela autora. Ao apreciar a biografia de Silveira Martins, lançada pelo filho do biografado, José Júlio Silveira Martins, Humberto Campos discorre sobre o exercício biográfico partindo da Antiguidade passando pelo papel da Igreja, as hagiografias e seu modelo de homem piedoso, os relatos heroicos até a tendência de uma “biografia moderna” nos moldes de Lytton Strachey, via André Maurois, no caso francês, que traz uma renovação para a forma de narrar vidas com a humanização dos protagonistas. Em defesa da “biografia moderna” o crítico observava que, para conhecer a história de vida de um notável, não seria preciso exumá-lo com os documentos referenciados pela história, seria possível, então uma leitura prazerosa, tal qual em um romance.

Em Humberto Campos temos um exemplo de como a biografia foi abordada pelos críticos da época, mas o gênero e suas renovações não desfrutavam de aprovação unânime nas linhas e entrelinhas da crítica de rodapé. Márcia Gonçalves destaca a defesa de Tristão de Athayde, ainda que ele reconhecesse um potencial de renovação do gênero no caráter romancado da narrativa biográfica, o crítico não negligenciava a

³ Márcia Gonçalves, em seu texto *Em terreno movediço*, dedicou o segundo capítulo ao que foi diagnosticado como “epidemia biográfica”, onde buscou analisar o contexto do volume expressivo de publicações biográficas, dando conta da carência de estudos sobre essa temática e explorando a renovação do gênero e as discussões em torno da ideia de “biografia moderna”. GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

manutenção de um valor biográfico relacionado à “dimensão realista” uma busca pela verossimilhança e a necessidade da pesquisa documental, a fim de ter acesso aos registros da vida do personagem. Ele não dissociava biografia e história, observava sua complementaridade, o que, em certa medida, está relacionado a sua percepção de que a “epidemia biográfica” correspondia a uma tendência à realidade, o interesse por tudo que fosse real, a “sedução pela verdade”, pelas “coisas concretas”. Seria, para ele, o quadro do gênero renovado entre a liberdade criativa de escrita e a pesquisa histórica. Esses são alguns aspectos que circundam o momento de publicação de duas biografias em análise.

A primeira grande biografia de Rio Branco recebeu incentivo do Ministério das Relações Exteriores por ocasião da comemoração do centenário do nascimento do barão em 1945. O extenso conjunto documental reunido na Biblioteca e no Arquivo Histórico do Itamaraty foi utilizado pela primeira vez, na elaboração da obra de Álvaro Lins, publicada no Rio de Janeiro pela José Olympio.

Álvaro Lins, como crítico literário que protagonizava as discussões sobre os escritos biográficos da época, na seção “Nota Explicativa” redigida para a primeira edição da biografia de Rio Branco, faz questão de pontuar aspectos de sua escrita “Talvez alguns leitores se recusem a considerar biografia um livro que não foi feito dentro dos moldes frívolos da técnica de um Maurois. Confesso sem constrangimento que não disponho nem de gosto nem de capacidade para biografia romanceada” (LINS, 1945 p. XVII).

A nota do autor assinalava questões sensíveis sobre a escrita biográfica em pauta nas críticas de rodapé. Nesse sentido faz menção à André Maurois e seus supostos “moldes frívolos” como um ataque ao estilo romanceado de biografias que agradava grande número de leitores e conquistava uma fatia expressiva do mercado editorial. Sinaliza para o tipo de biografia que corresponde ao seu trabalho.

Na segunda edição, publicada em 1965 pela Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, o subtítulo “Biografia pessoal e história política” deixa claro a construção proposta pelo autor. Pensando a biografia do barão pela perspectiva do homem de estado, Álvaro Lins divide sua trajetória entre fase de preparação e realização. Uma história de vida organizada em 14 capítulos sem títulos e subdivididos em vários itens descritivos dos assuntos tratados em cada parte. Desde as primeiras páginas deixa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

registrado as marcas da figura do visconde do Rio Branco na formação e ao longo da sua trajetória, feito principal referencial.

Tal como deve-se esperar de um livro escrito a convite do Ministério, ainda que o autor manifeste em nota que foi garantida a autonomia de pensamento em seu trabalho, é indiscutível que o resultado reitera a imagem do herói nacional, promovida desde a época de Rio Branco e repetida nas comemorações do centenário. Muitas das escolhas de Paranhos ganham os contornos de sacrifícios que teve que enfrentar, tornando o enredo contundente à imagem do herói. Da mesma forma relações pessoais e questões com seus familiares são apenas tangenciadas, e até mesmo evitadas. Condução do autor que, em certa medida, reflete uma curiosidade sobre o arquivo pessoal do barão. Apesar de reunir mais de vinte mil itens a correspondência com seus filhos, ou outros registros particulares, não tem número expressivo.

Ainda que nos estudos sobre Rio Branco o nome de Álvaro Lins seja lembrado essencialmente como biógrafo, sua dedicação à crítica literária teve grande destaque. O escritor figura como um dos nomes de maior projeção no meio editorial brasileiro das décadas de 1930 e 1940, chegando a ser considerado, por Carlos Drummond de Andrade, o “imperador da crítica brasileira”⁴.

Álvaro Lins defendia o rigor da escrita biográfica onde devia prevalecer uma dimensão realista, através do uso exaustivo de fontes documentais e mantendo-se afastada das tendências de romances biográficos ou biografias romanceadas. Para ele a qualidade da biografia estava vinculada a “fidelidade à reconstituição historiográfica”, sua escrita deveria corresponder à narrativa histórica, cabendo ao historiador no máximo articular habilmente a documentação regida pela sua intuição, o que permitiria “trazer os mortos a vida”, humanizar personagens sem incorrer no que seria para ele a condenável biografia romanceada.

As discussões protagonizadas por Álvaro Lins no rodapé literário do *Correio da Manhã*, refletem tensões ainda presentes no campo historiográfico entre história e narrativa. Giovanni Levi em seu texto *Usos da Biografia* identifica a biografia como campo de

⁴ Sobre a crítica literária brasileira e a atuação de Álvaro Lins nesse cenário ver BOLLE, Adélia Bezerra de Menezes. **A obra crítica de Álvaro Lins e sua função histórica**. Petrópolis: Vozes, 1979. A autora resgata o termo “imperador da crítica brasileira” utilizado por Carlos Drummond de Andrade para se referir a Álvaro Lins.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trocas entre a literatura e a história, meio pelo qual técnicas literárias atingem a pesquisa histórica. O debate sobre os limites de uma biografia histórica, não começou com o “imperador da crítica” nem se encerra em Giovanni Levi, é tema de fecunda e viva discussão. Em que pontos uma biografia seria um produto historiográfico ou um romance? Na verdade, o debate expandiu ainda mais pela escrita historiográfica, aprofundar tal temática nos desviaria dos objetivos desta comunicação.

O prestígio desfrutado pelo barão, é um dos elementos presentes nos textos biográficos, que chamam atenção para a imagem construída na época. Álvaro Lins, ao falar da repercussão do personagem e do apelo popular que conquistou, destaca o interesse despertado por cada detalhe relacionado ao ministro. Nesses entremeios de homem e personagem, fatos e lendas, o autor parece responder às críticas sobre os luxos e extravagâncias do barão, assume a defesa de que a colocação no ministério exigia a pompa dos gastos e que estes estavam sempre relacionados a projetos de “interesse nacional”. Homem de hábitos simples, em contraste com a figura pública que todos conheciam, diferença que é representada pela descrição do Palácio do Itamaraty e do seu gabinete. “Para além da porta desse gabinete estava o palácio, a vivenda do personagem; dentro dessas paredes nuas e dessas mesas cobertas de papéis, a cela de convento, o refúgio do homem, do intelectual solitário.” (LINS, 1965, p. 397)

A grandiosidade dos seus feitos, a personalidade admirável, a conduta impecável, esse é o enredo seguido pelo biógrafo ao escrever a vida de Paranhos Júnior. Em seu último capítulo fala da “Sobrevivência de Rio Branco”, o autor defende que essa existência depois da morte é garantida pelo elo estabelecido entre o povo e o herói, uma “eleição do povo”, que reside no espetáculo da identificação de um povo com um homem.

Passados alguns anos, mas ainda em meio a “epidemia biográfica”, igualmente ancorado em uma pesquisa documental densa, Luíz Vianna Filho se lançou ao *desafio Rio Branco* e publicou uma nova contribuição aos estudos sobre o barão. Contemporâneo de Álvaro Lins, também participou das discussões que movimentavam a crítica literária. Em defesa da escrita biográfica, e particularmente da sua escrita, Viana Filho se manifesta da seguinte forma:

Na biografia, como na história, muitos fatores concorrem para a precariedade e falibilidade dos julgamentos e das observações na pesquisa da **verdade** em torno duma vida. Se os indivíduos mudam e são contraditórios, os biógrafos,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diferentes entre si como são todos os homens – jamais conseguirão ver e julgar de maneira igual determinado fato. Incapaz de sair de dentro de si próprio, incapaz de se despojar do seu ‘eu’, cada biógrafo se apreenderá através do seu temperamento, e este, afinal, acabará por se refletir sobre o seu trabalho. Ainda mais: em consequência dessas diferenças, que separam um biógrafo de outro, aquilo que um terá como essencial, outro talvez julgue supérfluo, ou secundário. Daí as divergências, as discordâncias, discussões. Poderemos pender para este ou aquele lado, julgar esta ou aquela interpretação, preferir esta ou aquela biografia. Mas ser-nos-á dado afirmar, com segurança, que a verdade está aqui e não ali? (VIANA FILHO, 1945, p.63)

Assim iniciou o capítulo “Os biógrafos e a biografia”, do livro *A verdade na biografia*, publicado em 1945, em resposta às duras críticas de Homero Pires ao seu trabalho *A vida de Rui Barbosa*, lançado poucos anos antes. Versado na escrita de biografias, o que lhe rendeu o título de “príncipe dos biógrafos”⁵, Viana Filho se vale de recursos literários para construir sua narrativa.

Nas páginas de *A vida do Barão do Rio Branco* aspectos da vida pessoal do personagem ganham destaque, o amor aparece como justificativa, e passagens e descrições ganham floreios. Outro aspecto marcante deve-se a proximidade de publicação com a biografia escrita por Álvaro Lins. Fica evidente o esforço do autor em demarcar a diferença entre os dois trabalhos, além dos recursos literários, um espaço maior à interpretação, em diversas referências atribui a identificação “Inédita”, para alguma fonte utilizada.

Seguindo talvez por espaços menos explorados nas biografias anteriores, o autor acaba detendo-se mais na descrição de eventos e contextos protagonizados pelo visconde do Rio Branco, de modo a demonstrar a projeção do pai na vida de Juca Paranhos. Assim, no lugar de apenas mencionar a relação de pai e filho e a importância que a figura do visconde teve na sua trajetória, Viana Filho traça um quadro mais completo, com descrição detalhada dos anos iniciais de Juca atuando junto ao pai, acompanhando e cooperando com o ministro do Império. Período identificado pelo aprendizado e estreitamento de laços que levam à admiração. Não à toa, muito da obra do barão como homem de ação, é reivindicada como continuidade da obra do visconde do Rio Branco.

Na escrita de Viana Filho as críticas ao barão são comentadas por quem assume sua defesa. É possível notar a ideia de que a atuação do ministro é regida por um bem

⁵ Apelido atribuído por Alceu Amoroso Lima. BRITTO, Luiz Navarro de. **Luiz Viana Filho**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978. Coleção Cabralia, vol. II. p. 7. Viana Filho publicou ainda as biografias de Joaquim Nabuco, Machado de Assis, José de Alencar e Eça de Queiroz.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

maior, “ainda que isso” ou “aquilo”, o barão assim conduzia em defesa dos “interesses nacionais”. O biógrafo não deixa de concordar com algumas críticas, mas em muitos aspectos as invalida por justificar a necessidade da atuação assumida por Rio Branco. “Se o inspiram às vezes motivos subalternos, a verdade é que, ao cuidar dos negócios públicos, nada perturba a ação do patriota.” (VIANA FILHO, 1959, p. 423) Nas palavras de Viana Filho vemos o coroamento do personagem com a dimensão que a morte trazia “Sob o manto da Morte desapareciam as injustiças”. Quando até mesmo os inimigos corriam a fazer reverências ao admirado e adorado barão.

Um dos conjuntos que merece destaque no arquivo pessoal de Rio Branco reúne cerca de 60 (sessenta) cadernos com anotações. Álvaro Lins se refere aos itens como Cadernos de Notas, termo mais amplamente referenciado, já Viana Filho cita-os como os Diários do barão. São muitas as referências e impressões de fatos e eventos, e mesmo a reprodução de diálogos, tal qual fora registrado por Rio Branco nas pequenas cadernetas. Alcances da “escrita de si” que acaba por ditar muitas das histórias contadas sobre o barão.

As biografias escritas por Álvaro Lins e Vianna Filho, destacam-se pela iniciativa totalizante, entre as centenas de artigos e livros onde o barão ora aparecia articulado à política externa brasileira, ora era enaltecido pela demarcação definitiva das fronteiras do país, ou ainda em textos onde era observado de forma mais mundana, através de memórias compartilhadas com o chanceler. Dos exercícios biográficos empreendidos por estes dois trabalhos sobressai um barão deveras similar. Tanto nas páginas de Álvaro Lins quanto em Viana Filho vemos os autores narrarem uma história de glórias alcançadas com inúmeros sacrifícios pessoais. O roteiro de dificuldades vencidas pelo herói nacional que defendeu as fronteiras do país e trabalhou incessantemente, abdicando da vida pessoal e prazeres, para o “bem da nação”, para promover um país culto, belo e feliz no concerto das grandes nações mundiais. O prestígio conquistado pelo barão é articulado à imagem construída na época por seus admiradores, como é possível observar nas palavras de Joaquim Nabuco.

Do momento de elaboração e publicação dessas obras até o cenário atual muitos desafios e reflexões impulsionaram movimentos na historiografia. A dimensão das biografias na produção historiográfica depois da década de 1980 ganhou novos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contornos, pelas formas de análise, pela construção da narrativa, pelas possibilidades de fontes e abordagens.

Em um novo contexto, tendo desfrutado desse amplo debate, Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos publicou, em 2018, *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*, obra que reúne mais de dez anos de pesquisa do diplomata e historiador. Como revela no prefácio, o projeto biográfico não estava nos seus planos, mas os desdobramentos de publicações anteriores acabaram por aproximá-lo, cada vez mais, do personagem.

Ainda que o percurso temporal demarque as três partes do livro, nota-se que não são construídas meramente como uma sucessão de fatos. Ao longo dos trinta capítulos, as nuances ganham destaque, assim como novas reflexões sobre aspectos consolidados da personalidade e da trajetória do barão. O herói nacional, reverenciado por muitos biógrafos, permanece no seu texto, mas ponderações e críticas ganharam espaço. A suposta autonomia irrestrita de Rio Branco é posta à prova, assim como, é questionada a existência de uma “aliança não escrita”⁶ entre o Brasil e os Estados Unidos, naquele período.

O aspecto heroico da figura de Rio Branco, aparece de maneira mais transversal no livro de Villafañe. O reconhecimento do seu legado não é transposto em reverência incondicional. Para o autor a longevidade do mito político de Rio Branco reside na grandiosidade de sua obra articulada à construção de imagem e narrativa que lançaram as bases para sua permanência. Refutando o caráter mítico da adoração popular, que acaba reproduzida em muitos textos biográficos, discorre sobre excessos e elementos que contribuíram para essa longevidade.

Contesta a ideia, muitas vezes repetida, de que a política externa ainda hoje é formulada em seus moldes. Rio Branco e seu legado, são sim reivindicados pelo valor histórico e transformador do seu projeto para o Itamaraty. Sua importância para a história da instituição é incontornável, mas as circunstâncias do concerto internacional diferem do seu contexto, são outras demandas que hoje movimentam o corpo diplomático constituído em suas bases.

⁶ Referência ao termo “unwritten alliance” difundido a partir da publicação do ensaio BURNS, E. Bradford. *The unwritten alliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Acompanhou desde pequenas notas nas cadernetas do barão até pistas na sua correspondência e registros de banco para demonstrar como, muitas vezes, sua posição era ponderada por necessidades financeiras. Ao destrinchar a origem familiar de Rio Branco e expor em números a sua situação o autor consegue cortar muitos excessos sobre posições e decisões de Rio Branco demonstrando a racionalidade e pragmatismo das suas ações, que foram por vezes dissimuladas pelo próprio barão, conforme registrado em sua correspondência.

Contra a ideia de que Rio Branco esteve isolado na Europa desde sua nomeação para o consulado em Liverpool, o autor articula um vasto conjunto documental para demonstrar que o barão utilizava seu capital intelectual contra o regime instituído no 15 de novembro, e que ao mesmo tempo, empenhava “esforço sistemático para se aproximar de autoridades republicanas”. (SANTOS, 2018, p. 477)

Para sobreviver no momento de alteração do regime político foi necessário saber os limites da sua exposição e posicionamento. Através de uma delicada articulação conseguiu se manter durante os anos do início da república sem estabelecer desagradados em nenhum dos lados, transitou discretamente entre diferentes grupos, ora entre os amigos monarquistas de longa data, ora entre os republicanos da situação. Como demonstra Villafañe, as manobras de Rio Branco ficaram registradas pela sua correspondência com diferentes personalidades e pelos artigos que publicava protegido por pseudônimos.

A intensa troca epistolar analisada pelo autor permite ainda outras reflexões. A crença de que a política externa deve se manter independente da política interna, é um aspecto marcante do discurso de Rio Branco, mas que não corresponde a atuação registrada na sua correspondência. O barão sempre esteve em contato com membros de governo e, quando esteve à frente do Ministério, dependia de intensa articulação política para sua condução. A forma como o autor aborda e explica o cenário da aprovação dos tratados de definição de fronteiras, ilustra muito bem a questão.

Ao analisar cartas, discursos e artigos que Rio Branco enviava constantemente aos jornais, Villafañe chama atenção para o caráter dessas fontes como “escritas de si”, onde o próprio barão define aspectos da narrativa construída sobre o seu personagem. Além de tirar da passividade as designações para a defesa das questões de Palmas e do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Amapá, o autor observa o teor das cartas do período da nomeação para o Ministério, e o tom ditado por Rio Branco, de que ele, depois de muito hesitar, aceitaria o cargo em sacrifício próprio. Versão repetida por muitos de seus contemporâneos e articulada à imagem do mito político, inclusive na escrita biográfica.

Villafañe nos apresenta mais do que o definidor das fronteiras, mas um articulador de narrativas, que eram fruto de um processo intelectual e político. Narrativas, que, para além de seus escritos, estão associadas aos círculos e instituições de produção intelectual, onde suas ideias desfrutavam de grande espaço e prestígio. Narrativas, relacionadas com as suas permanências, que foram incorporadas pela diplomacia e pouco questionadas no meio acadêmico.

O estudo de Pierre Bourdieu *A ilusão biográfica* é uma das referências do autor. Bourdieu critica a ideia de se construir um relato de vida, tentando forjar uma dinâmica de *início-meio-fim*, para uma realidade que é descontinuada, aleatória. Defende que o único vínculo entre os fatos selecionados é o sujeito, que, aliás, de constante, tem apenas o nome próprio que lhe é atribuído. Como Villafañe imprime no título do livro, nem o nome próprio é constante na trajetória do seu personagem, afinal, José Maria da Silva Paranhos Junior, o Juca Paranhos, ganhou glória e posteridade como o barão do Rio Branco, chegando a ser reconhecido apenas como “o Barão”.

Nas linhas de Villafañe uma escrita fluida, sem os excessos das notas de rodapé, se dirige a um público maior. Ficamos atentos a forma como apresenta dados e constrói sua história, e percebemos que nesses caminhos podemos esbarrar com diferentes “barões do Rio Branco”. Depende do nosso olhar, da escala utilizada, do foco ajustado. As interpretações são diversas, até aquelas que se pretendem mais “próximas à realidade” são representações desse real, e por mais exaustivas que se apresentem não esgotam as possibilidades, são “histórias inacabadas”.

Das reflexões sobre a escrita biográfica e, especificamente, da análise das biografias selecionadas, traçamos o personagem de cada uma delas. Ainda que sob perspectivas diferentes, os livros de Álvaro Lins e de Viana Filho reiteram muitas das ideias cristalizadas sobre Rio Branco. Já na publicação de Luís Cláudio Villafañe podemos notar a renovação do campo biográfico, e a conseqüente crítica à narrativa predominante. Utilizando praticamente as mesmas fontes o autor desenvolve uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

interpretação que confronta muitos dos aspectos consolidados sobre o barão. Entre diferenças e aproximações as três biografias compartilham certa reverência ao biografado tendo o perfil de estadista como elemento central da narrativa.

O mito político

A trajetória do barão relatada por seus biógrafos, da sua origem, como filho do visconde do Rio Branco, passando por sacrifícios pessoais em defesa dos interesses nacionais, até sua morte, acaba por mobilizar a ideia de um herói nacional.

Desde a resolução da questão de Palmas, pode-se dizer que teve início, o processo de formação do caráter mítico do personagem Rio Branco, identificado por muitos dos seus biógrafos, como um dos mais fortes símbolos contemporâneos da nacionalidade. Sustentando esse processo estavam as impressões imediatas daqueles que viveram em seu tempo, em especial, daqueles que acompanharam de perto a sua trajetória, testemunhando sua atuação, seja na área diplomática, seja nos círculos sociais. Sua imagem na imprensa, sobretudo em publicações especializadas, como a *Revista Americana*, e a *Revista do IHGB*, também foi fundamental para a construção de memória sobre Rio Branco e os anos que esteve à frente do Ministério.

Através da leitura dessas impressões de época seguidas pelas biografias produzidas ao longo de mais de cem anos, depois de sua morte, percebemos que pouco se alterou da narrativa que buscou definir e enaltecer “o defensor das fronteiras”. A pesquisa histórica e a utilização de fontes, principalmente a correspondência de coleções pessoais, são articuladas para dar forma com rigor acadêmico a um enredo repetido desde os primeiros artigos de seus contemporâneos.

Sua morte, ao provocar comoção popular no país e manifestações internacionais com intensa cobertura da imprensa, iria consolidar o processo de construção do “mito Rio Branco”. Tal como na noção de Raoul Girardet, o mito se autonomiza no imaginário político, ao criar o seu próprio sistema de crenças e nele se sustentar. Girardet não ignora as advertências da historiografia para se penetrar no universo do imaginário. Em seu *Mitos e mitologia política* trata desde as questões terminológicas – as várias acepções para o termo mito – até a ambivalência e fluidez que podem configurá-lo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Girardet observa que, mesmo sendo um termo polimorfo, há nele uma estrutura lógica e constante. O jogo de imagens que parece envolver incertezas e ambiguidades, garante sua coerência narrativa por uma “lógica do discurso mítico”, conforme apontado pelo autor: “Se o mito é polimorfo, se constitui uma realidade ambígua e movente, ele reencontra o equivalente de uma coerência nas regras de que parece depender o desenrolar da sua caminhada” (GIRARDET, 1987, p. 17). Essas regras envolvem a combinação de imagens construídas pelo discurso que moldam o mito.

Girardet entende que, mesmo havendo especificidades encontradas em cada novo cenário, há um fio condutor que, para ele, são estruturas fundamentais da realidade mítica. Tendo como base a noção de “constelações mitológicas” proveniente do trabalho de Gilbert Durand *Structures anthropologiques de l’imaginaire*, de 1969, Girardet analisa o imaginário político a partir de quatro estruturas fundamentais: a Conspiração, a Idade de Ouro, a Unidade e o Salvador. A partir do arquétipo do “Salvador” identificamos um caminho promissor para analisarmos a construção do mito Rio Branco no imaginário político da época.

O impasse da questão do Acre, em que Brasil e Bolívia buscavam definir suas fronteiras na região, parecia caminhar para um conflito direto entre as partes entre 1901 e 1902. As alternativas pareciam esgotadas e o conflito armado iminente, até que o defensor do território nacional surgiu, aclamado pelo povo, em uma recepção colossal na capital da República. A dois de janeiro de 1902, Rio Branco desembarcava no porto do Rio de Janeiro para se colocar a serviço da pátria, como titular da pasta das Relações Exteriores, como fora amplamente dito nos jornais da época e repetido por seus biógrafos que endossam a narrativa com a correspondência do barão e o discurso de se fazer um sacrifício em nome dos “interesses nacionais”.

Um herói, ou um salvador, pode surgir de diferentes formas e ter aderência, ou não, de acordo com o seu contexto. O que nos leva a pensar a pertinência do mito do Rio Branco, pensar as expectativas que foram atendidas pela imagem do barão que circulava em sua época – muitas vezes promovida por ele mesmo – o que permitiu a construção de um mito em torno do personagem. O reforço do intelectual, do erudito, confinado em arquivos, detentor de um conhecimento único sobre a história e geografia do seu país, atendia de forma dupla valores enaltecidos pela sociedade de sua época, o intelectual e o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

patriota, aquele que em virtude de conhecimento excepcional atuou em defesa dos interesses da nação, a despeito de interesses pessoais.

Sua nomeação representava a esperança de uma solução favorável ao Brasil, tal como havia feito na defesa das disputas lindeiras com a Argentina 1895 e a Guiana-Francesa 1900. Questões que foram decisivas para alçar o diplomata à condição de herói nacional, “Herói que capta em torno dele todos os fervores de esperança coletiva.” (GIRARDET, 1987, p. 66)

Os autores que se debruçam sobre a vida de Rio Branco relatam sua trajetória como filho de um estadista do Império, estudioso, que abdicou da vida pessoal em função dos interesses nacionais, conforme mencionado anteriormente. Aquele que cumpriu cada etapa para sua formação e na carreira diplomática alcançando o mais alto posto do Ministério das Relações Exteriores, chegando a esse lugar de maneira despreziosa, como seguindo em sacrifício a favor da nação. Trajetória narrada sempre em ascensão procura valorizar os esforços pessoais do jovem com fama de boêmio passou a figura do intelectual recluso e que por um conhecimento excepcional apresentou defesa em arbitramento que garantiu a marcação da fronteira pretendida.

Quanto ao desafio que se enfrenta ao tentar traçar os limites entre a fabulação e o relato histórico, Girardet chama atenção para a importância de se conhecer o processo de heroicização, refletir de que forma personagem e eventos passam para o imaginário como mitos políticos. Entre as camadas que compõem esse processo cabe observar a “Necessidade, portanto, de distinguir a parcela do real e do imaginário, a parcela da espontaneidade criadora e da construção intencional.” (GIRARDET, 1987, p. 72). Nesse processo estão articulados tempos que correspondem ao contexto, à ação e à memória: tempo da espera e do apelo; tempo da presença; e por fim o tempo da lembrança. À imagem de um salvador desejado é sobreposta a atuação considerada heroica que, com o seu desaparecimento, a figura do salvador é lançada no passado.

Apesar de apresentar-se como resultado de uma elaboração narrativa tecida pela fabulação o mito político tem aspectos enraizados na realidade histórica e no caso do arquétipo do Salvador, no indivíduo que representa. É a partir da trajetória desse indivíduo, circunscrito em determinado contexto, que se dá a elaboração narrativa que articula o mito político ao personagem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por fim, Girardet adverte que ao se aventurar no imaginário político, independente da posição em que se encontra em relação ao objeto de análise, o “hiato subsiste”. A compreensão do mito implica a experiência vivida diretamente dessa circunstância, o que, no entanto, inviabilizaria uma crítica objetiva. E o distanciamento não é capaz de dar a exata dimensão da significação do mito. Esta relação sintetiza uma das maiores tensões da historiografia, com a qual o historiador precisa lidar, ter consciência da limitação inerente ao ofício. “Em sua vontade de conhecer e de compreender o desenrolar da aventura humana através do tempo, não é afinal inútil que ele se lembre [o historiador] de que há portas que não poderá jamais forçar, de que há limites que não poderá jamais transpor...”(GIRARDET, 1987, p.24)

À frente do Ministério, por uma década, o barão do Rio Branco forjou fundamentos da política externa perseguindo a ideia de um Brasil atuante no sistema internacional. O sucesso do “paradigma Rio Branco” garantiu-lhe o título de estadista e a permanência de princípios de sua política externa. Passados cem anos a imagem do barão do Rio Branco e sua obra permanece quase intacta baseada na ideia de que “Estremeceu a pátria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal”, conforme publicado em edição comemorativa da *Revista Americana* no ano de sua morte.

Narrativa que articula as dificuldades de uma época às ações daquele que é aclamado como salvador, daquele que reúne as virtudes de um herói, e que graças às suas qualidades, e em sacrifício pessoal, foi capaz de enfrentar o cenário adverso. São esses elementos chave mobilizados em diferentes tempos na escrita biográfica dedicada à história de vida do barão do Rio Branco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 183-192

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço*. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

LINS, Álvaro. *Rio-Branco (O Barão do Rio Branco)*: Biografia Pessoal e História Política. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, 2. ed. Coleção Brasileira.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIANA FILHO, Luíz. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

_____. *A verdade na biografia*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1945.

_____. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.